

Conservação em confinamento nos palácios nacionais de Sintra

Joana Rebordão Amaral

Conservadora-restauradora do Parques de Sintra Monte Da Lua, Sintra - Portugal

• Resumo

As consequências da pandemia de Covid-19 foram inesperadas, imprevisíveis nos seus efeitos e um teste à resiliência de todos os profissionais do património e da cultura. As medidas de combate à pandemia obrigaram o encerramento ao público e a implementação de várias restrições para promover o distanciamento social. As equipas de conservação preventiva dos palácios nacionais de Sintra tiveram que rever as suas metodologias de trabalho e as suas prioridades de atuação. Esta comunicação tem como objetivo partilhar as escolhas, as adaptações e as experiências que permitiram assegurar a conservação dos acervos durante o confinamento.

Palavras-Chave: conservação preventiva; confinamento; normas de trabalho; monitorização de acervo; definição de prioridades.

• Abstract

The consequences of the Covid-19 pandemic were unexpected, unpredictable and a resilience test for all cultural and heritage professionals. The procedures to combat the pandemic required the closure to the public and the implementation of many restrictions to promote social distancing. The preventive conservation teams of Sintra's national palaces had to review their work methodologies and their action priorities. This communication aims to share the choices, adaptations, and experiences that ensure the conservation of the collections during lockdown.

Keywords: preventive conservation; lockdown; work guidelines; collection monitoring; priority setting.

1. A pandemia de Covid-19 em Portugal

A 20 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou o surto de Covid-19 como Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional e, mais tarde, a 11 de março de 2020, como uma pandemia global.

O estado de emergência iniciou-se em Portugal às zero horas do dia 19 de março de 2020 (Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março).

De acordo com a dimensão e com a gravidade dos efeitos esperados durante a pandemia de Covid-19, efeitos esses que variam ao longo do tempo e que assumem especificidades no território, foram utilizados, com avanços e recuos, vários níveis de reação previstos na legislação portuguesa, nomeadamente o estado de emergência, a situação de calamidade ou a situação de contingência (Lei de Bases da Proteção Civil, aprovada pela Lei n.º 27/2006, de 3 de julho e Constituição da República Portuguesa).

A situação de calamidade e o estado de emergência podem prever situações de suspensão ou de restrição ao exercício de direitos, liberdades e garantias. No caso da estratégia adotada pelo Governo para a mitigação da pandemia de Covid-19, as restrições implicaram a obrigação de confinamento e a proibição de circulação ou de permanência em locais públicos.

Neste contexto, na sequência do primeiro confinamento decretado pelo Governo Português para travar a propagação da Covid-19, os museus, os monumentos e os palácios nacionais, bem como todos os restantes espaços culturais, estiveram encerrados entre 14 de março e 17 de maio de 2020. Após essa data, foram aplicadas restrições ao número de visitantes, para permitir o distanciamento social, e restrições no horário de abertura ao público, sobretudo aos fins de semana, a fim de dissuadir as deslocações desnecessárias.

O agravamento da pandemia e o conseqüente reforço das medidas de combate ditou novo período de encerramento a partir de 15 de janeiro de 2021. Os museus e os monumentos abriram novamente ao público a 5 de abril de 2021.

Para além dos períodos de encerramento e dos períodos de horário condicionado para os palácios, os museus e os monumentos, o Governo Português decretou e regulamentou a preferência pelo teletrabalho, ou seja, a preferência pelo trabalho a partir de casa, sempre que possível. Durante os estados de emergência, o teletrabalho foi obrigatório.

A 29 de setembro de 2021, o Governo aprovou as novas fases da estratégia gradual de levantamento de medidas de confinamento no âmbito do combate à pandemia da Covid-19, que entram em vigor a partir de 1 de outubro de 2021 (data em que se prevê que mais de 85% da população portuguesa esteja completamente vacinada contra a Covid-19) e que têm como objetivo o progressivo retorno à normalidade (Resolução do Conselho de Ministros n.º 135-A/2021).

2. Os palácios nacionais de Sintra em confinamento

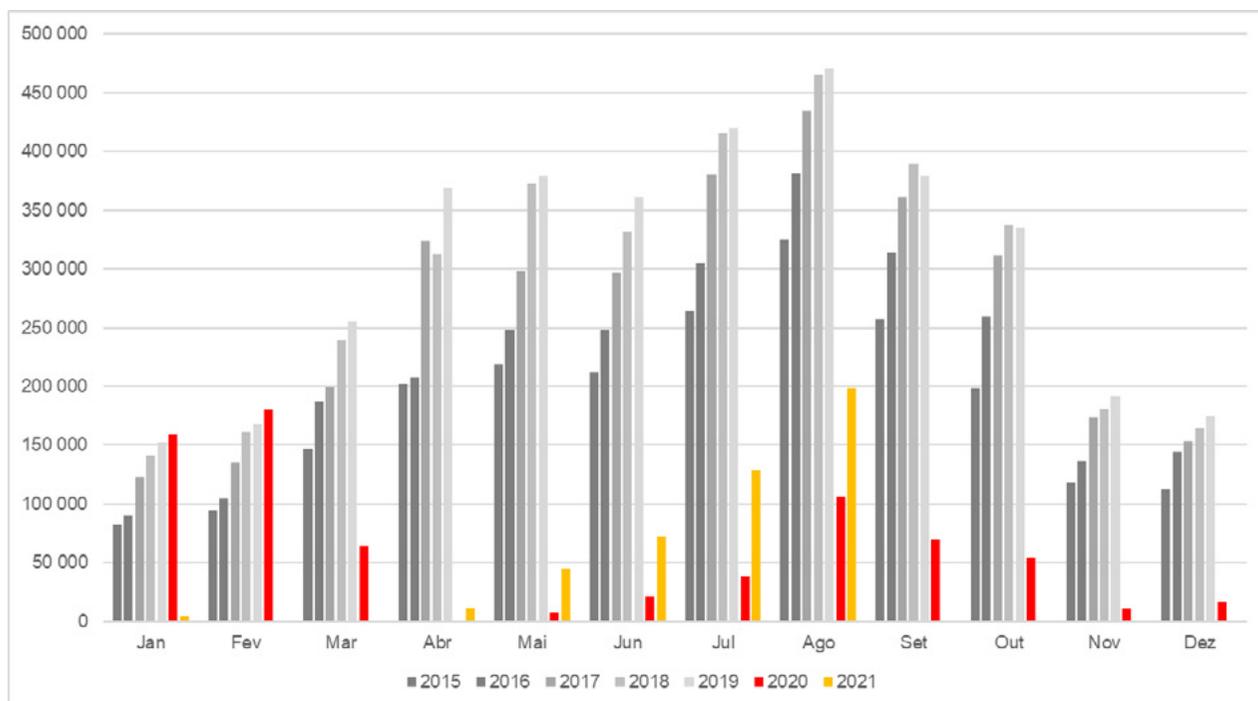
A Parques de Sintra - Monte da Lua, S.A. (PSML) foi criada em 2000, no seguimento da classificação pela UNESCO, em 1995, da Paisagem Cultural de Sintra como Património da Humanidade. Entre os parques e os monumentos que se encontram sob a sua gestão,

estão o Palácio Nacional de Sintra, o Palácio Nacional de Queluz e o Palácio Nacional da Pena. A PSML não recorre ao Orçamento do Estado, pelo que a recuperação e a manutenção do património que gere são asseguradas pelas receitas de bilheteiras, lojas, cafetarias e aluguel de espaços para eventos (<https://www.parquesdesintra.pt/>).

Tal como Portugal, durante a pandemia de Covid-19, muitos países adotaram estratégias de confinamento e restrições de viagens, promoveram o encerramento das fronteiras, a suspensão de voos e de outros meios de transporte internacionais e a realização de rastreios sanitários. O turismo foi severamente afetado por essas medidas. Muitos turistas foram forçados a anular ou a alterar as suas viagens por motivos de proteção da saúde pública. Além das restrições referidas, os períodos de encerramento e de redução de horários de funcionamento dos equipamentos culturais vieram limitar ainda mais a obtenção de receitas nos palácios nacionais em Sintra, assim como nos outros parques e monumentos.

Em 2020, a partir de março, o impacto da pandemia de Covid-19 traduziu-se numa diminuição de mais de 80% no número de visitas nos locais sob gestão da PSML, como se observa no gráfico seguinte (Tabela 1).

Tabela 1: distribuição mensal do número de visitas nos locais sob gestão da PSML, de 2015 a agosto de 2021.



Esta diminuição drástica no número de visitantes, e consequentemente na receita obtida, significou uma redução muito acentuada na disponibilidade financeira da PSML. Essa nova realidade obrigou a repensar alguns projetos e a suspender ou a eliminar outros. A abertura dos Aposentos de D. Maria Pia no Palácio Nacional de Sintra, por exemplo, foi antecipada e não contou com a instalação de grande parte dos elementos têxteis, cujo restauro ou reprodução não foi possível ainda assegurar. O projeto de exposição temporária para o Palácio Nacional de Sintra “Casa das Rainhas” teve que ser excluído do plano de atividades previsto para 2020.

Da mesma forma, os planos para intervenções de conservação e restauro do acervo móvel foram revistos. Por exemplo, foi suspensa a campanha de intervenção nos relógios do Palácio Nacional de Queluz, que tinha como objetivo recuperar o funcionamento dos mecanismos; e foi suspensa também uma campanha de melhoria do estado de conservação das pinturas de cavalete do Palácio Nacional de Sintra. Todas as ações de conservação e restauro do património móvel que implicavam a aquisição de bens e serviços externos para a sua execução foram suspensas, projetando-se a sua retoma para um momento posterior de maior disponibilidade financeira.

Essa interrupção forçada dos planos relativos a intervenções de conservação e restauro não significou o abandono das coleções. Em março de 2020, foram reavaliados os planos de atividades, foram considerados todos os projetos em curso, ou com início iminente, tendo presentes as datas de execução e a possibilidade de faturação dos serviços adjudicados, de forma a honrar todos os compromissos assumidos junto de fornecedores externos. A partir desse momento, passaram a ser aprovadas apenas as intervenções de conservação e restauro consideradas prioritárias.

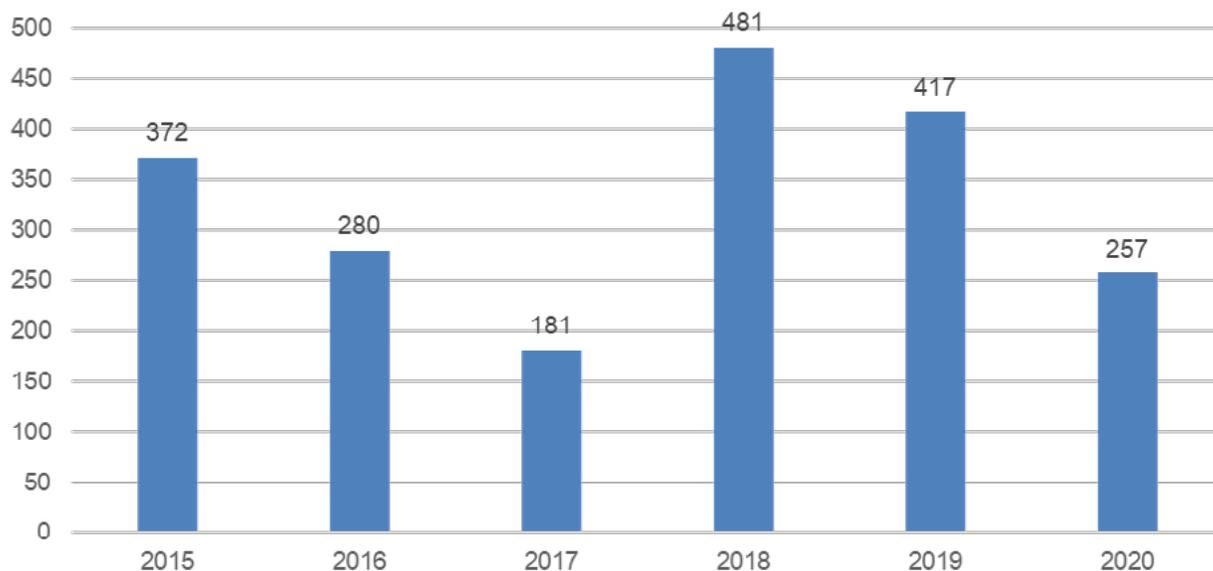
A definição de prioridades de atuação já estava anteriormente incluída na metodologia de trabalho seguida nos palácios nacionais de Sintra. A monitorização regular ao estado de conservação do acervo e a avaliação de necessidades de conservação dos projetos expositivos é basilar para a gestão de coleções. Não houve, neste caso, uma alteração na metodologia de trabalho, mas sim uma alteração na definição de critérios de prioridade.

A definição de prioridades de atuação para a conservação do acervo com recurso a aquisição de serviços externos poderia anteriormente depender não só da identificação de urgências decorrentes de processos de degradação ativos, mas também do planeamento de campanhas sistemáticas, com o objetivo de melhorar o estado de conservação das coleções. Disso são exemplo as campanhas de limpeza, estabilização e acondicionamento da coleção de provas fotográficas do Palácio Nacional da Pena; a campanha de limpeza, estabilização e substituição de suportes inadequados da coleção de gravuras em exposição no Palácio Nacional de Queluz; e as intervenções sistemáticas em peças de mobiliário incluídas nos projetos expositivos mais recentes do Palácio Nacional de Sintra. O recurso a prestações de serviços externos também tinha a vantagem de permitir a execução de vários projetos simultaneamente.

Atualmente, a definição de prioridades de atuação segue critérios mais estritos. São intervencionados os bens culturais que se encontram em risco de degradação por terem processos de alteração ativos e em rápida progressão. Qualquer outra proposta que não esteja diretamente relacionada com a necessidade urgente de estabilização de um bem cultural será analisada tendo em conta a disponibilidade financeira.

No gráfico seguinte (Tabela 2) pode-se observar que é evidente o impacto da pandemia de Covid-19 no número de intervenções realizadas em 2020. Esse impacto só não é maior porque muitas das intervenções de 2020 representam a finalização de projetos iniciados em anos anteriores e também porque houve mais intervenções realizadas apenas com os recursos internos da PSML. Não estão ainda disponíveis os dados relativos ao ano de 2021, mas seguramente será observada uma redução superior a 50% quando comparados com os dados relativos a 2020.

Tabela 2: distribuição anual do número de intervenções de conservação e restauro em património móvel pertencente ao acervo dos palácios nacionais de Sintra de 2015 a 2020.



Apesar de, na conjuntura atual, não ser tão fácil a aquisição de serviços externos, tem sido possível assegurar que as situações identificadas como urgentes sejam resolvidas.

Essa alteração nos critérios para o estabelecimento de prioridades de atuação e a realização de um maior número de intervenções de conservação e restauro com recursos internos permitiu continuar a assegurar a boa gestão das coleções apesar das restrições financeiras. Isso no que diz respeito a ações de conservação e restauro, pois quando se consideram as ações de conservação preventiva, então, foram as limitações para promoção do distanciamento social que causaram maior impacto por dificultarem o trabalho em equipa.

Com o encerramento ao público e a obrigação sempre que possível do teletrabalho, ficaram nos palácios apenas as equipas responsáveis pela conservação preventiva, pela manutenção dos edifícios, pela vigilância e pela limpeza. Outras equipas externas foram assegurando trabalhos pontuais relacionados com os alarmes, as instalações elétricas ou a execução de ações de beneficiação do edifício que tinham sido anteriormente programadas.

A reformulação de espaços expositivos, que pode implicar intervenções no património edificado, revisão ou instalação de sistemas elétricos e colocação em exposição de acervo móvel, tornou-se mais lenta para que as diferentes equipas envolvidas no projeto não trabalhassem em simultâneo.

A ausência de visitantes tornou muito mais fácil a monitorização do acervo exposto, assim como a limpeza de grande parte dos objetos expostos. No entanto, muitas das ações relacionadas com a conservação preventiva do acervo dos palácios requerem a realização de tarefas por duas ou mais pessoas. Todas as ações que impliquem, por exemplo, o manuseamento de objetos volumosos ou pesados, ou a realização de trabalhos em escadotes ou andaimes, requerem a presença fisicamente próxima de pelo menos duas pessoas e, por esse motivo, ficaram mais dificultadas.

Algumas situações de risco puderam ser resolvidas pelo recurso a medidas de higiene mais cuidadas e pela utilização de equipamento de proteção individual, como máscaras, batas, luvas e protetores de calçado. Mas, sempre que praticável, privilegiou-se o trabalho desfasado e rotativo, ou seja, ficou apenas um elemento da equipa de conservação preventiva em cada palácio, enquanto os restantes ficaram em teletrabalho. A realização de muitas tarefas de forma solitária obrigou à revisão das metodologias de trabalho no âmbito da conservação preventiva.

De um modo geral, foi possível aproveitar os momentos de encerramento para limpar minuciosamente os espaços e as peças do acervo, cujo acesso é condicionado pela presença de visitantes, como, por exemplo, o Salão Nobre do Palácio Nacional da Pena (Figura 1). Outro benefício importante foi o tempo disponível para registar mais e melhor as informações obtidas nas monitorizações.

Figura 1: Nuno Teixeira durante a limpeza das decorações parietais do Salão Nobre do Palácio Nacional da Pena em período de confinamento.



Por exemplo, no Palácio Nacional de Queluz, esses momentos de ausência de visitantes foram aproveitados para descrever e fotografar os problemas identificados no edifício (fissuras nas paredes, vidros rachados, fechos de portas ou janelas em falta), bem como os problemas identificados no património integrado (alterações nas sedas que cobrem as paredes, destacamentos em pinturas decorativas ou lacunas em elementos decorativos em talha dourada), de que é exemplo a Figura 2. Com esse levantamento de situações já elaborado, torna-se mais fácil planear a resolução de todas essas pequenas intervenções e executá-las numa fase em que a extensão dos problemas é ainda diminuta. Por outro lado, caso não seja possível a resolução rápida de todas essas situações, então o seu registo em imagens servirá de base para a sua monitorização.



Figura 2: Registo fotográfico de lacunas nos elementos decorativos na parede da Sala das Merendas do Palácio Nacional de Queluz.

O teletrabalho foi uma oportunidade para atualizar informações no programa de inventário e para escrever e atualizar algumas normas de trabalho.

Entre a documentação produzida nesta altura, destaca-se a elaboração de uma ficha de monitorização para o acervo em reserva, o qual se encontra acondicionado em embalagens. Essa ficha é importante porque permite o registo da informação respeitante não apenas ao estado de conservação do acervo observado, mas também da informação relativa à embalagem (estado de conservação, adequação ao conteúdo, data da verificação).

Dessa forma, será possível avaliar com maior rigor a eficácia das embalagens ao longo do tempo. Essa é também uma garantia que nenhum bem cultural acondicionado em embalagem fica por monitorizar por um período superior a um ano.

Um outro documento produzido, destinado a equipas de conservação preventiva, conservadores e técnicos de museografia, foi o de normas de manuseamento de bens culturais móveis. Essas normas surgem na sequência da identificação das forças físicas (choque mecânico, abrasão, vibração, gravidade) como um dos agentes de alteração de consequências mais prejudiciais no património que os palácios, sob gestão da PSML, têm à sua guarda. As normas foram elaboradas de forma a constituírem um documento orientador, de consulta rápida e clara, havendo frequentemente recurso a imagens para exemplificar as diferentes situações (Figura 3).



Figura 3: Imagem utilizada no manual de manuseamento para ilustrar a forma correta de manuseamento e transporte interno de um tapete de grandes dimensões.

A importância de ter essas normas em documento escrito é significativa, pois o manuseamento de bens culturais móveis é uma das ações mais frequentemente praticadas no decorrer das diversas atividades nos palácios sob gestão da PSML (ações de manutenção do acervo, organização de reservas, instalação ou alteração de exposições, empréstimos a outras instituições).

Foram também redigidas as normas para embalagens e materiais de acondicionamento para bens culturais móveis em reserva e em circulação interna. A realização de embalagens para o acondicionamento de bens culturais tem sido uma das ações principais na reorganização de espaços e na melhoria de condições de reserva nos vários palácios sob gestão da PSML (AMARAL, 2014, p. 177-185; AMARAL, 2020, p. 143-154).

Este documento com as normas para embalagens foi elaborado para facilitar a consulta dos bens em reserva por parte das equipas de conservação e restauro, pelos

conservadores e pelos investigadores. Por isso, inclui os vários modelos de embalagem utilizados, bem como os materiais adequados para o acondicionamento de bens culturais, as instruções para a rápida localização de cada embalagem e as informações que constam das etiquetas de identificação.

Este é um documento complementar ao das normas de manuseamento, acrescentando informação relativa à realização de transportes internos em segurança.

No âmbito da redação de normas de trabalho e do tratamento de informações recolhidas, foi atualizada a ficha de ocorrências e elaborado o manual para o seu preenchimento. Essas fichas são utilizadas para registar qualquer tipo de situação anómala. Por exemplo: acidentes ocorridos durante as ações de manutenção do acervo ou do edifício; acidentes ou atos de vandalismo causados por visitantes; consequências de condições de ambiente; ou acidentes causados por fatores externos (Figura 4).



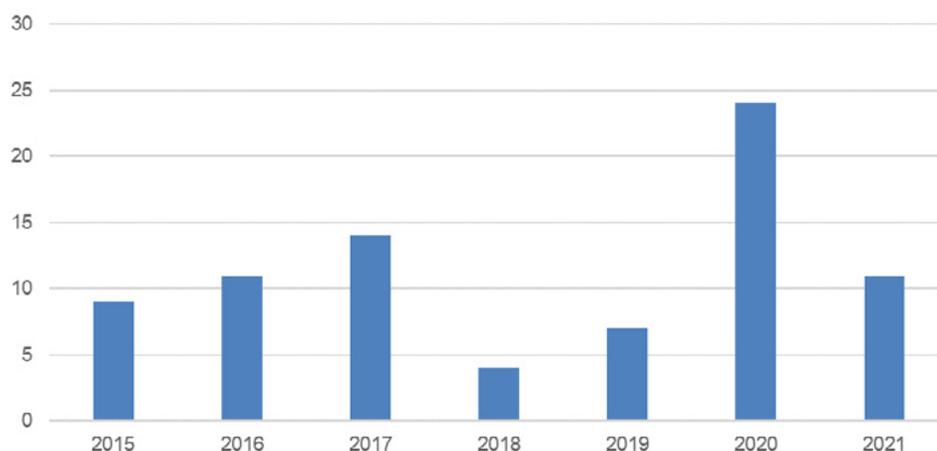
Figura 4: Vidros das janelas exteriores do Palácio Nacional de Queluz quebrados, em abril de 2021, durante ações de limpeza da via pública.

As informações obtidas pelo registo de ocorrências são complementares às obtidas por meio das ações de monitorização do acervo e dão pistas importantes sobretudo sobre as condições de segurança dos bens culturais em exposição.

Ao sistematizar as informações recolhidas nas fichas de ocorrência, poderemos obter uma imagem mais detalhada do problema que tentamos eliminar. Por exemplo, o tratamento da informação relativa a ocorrências originadas no percurso de visita permite não só uma imagem geral sobre o estado de conservação do acervo, ou do edifício, como também o planeamento de intervenções ou de metodologias de trabalho, ou seja, permite otimizar procedimentos, assim como adequar decisões futuras. Por exemplo, colocar ou não elementos dissuasores de proximidade como baias ou barreiras.

Durante o tratamento dos dados obtidos, tornou-se evidente que no Palácio Nacional de Queluz foram registadas mais ocorrências durante o ano de 2020 (o ano de confinamento e o ano com menor número de visitantes) do que em qualquer outro ano de que existem registos (Tabela 3). Esse facto pode ser interpretado de duas formas: nesse ano, houve um maior cuidado na monitorização e, por isso, foram detetadas mais ocorrências; ainda neste ano, durante os períodos de encerramento, não estavam presentes os assistentes de apoio ao visitante e, mesmo após a abertura, estas equipas foram reduzidas. Esses assistentes, normalmente presentes nas salas do percurso visitável, têm um papel fundamental na prevenção de acidentes ou de atos de vandalismo.

Tabela 3: distribuição anual do número de ocorrências identificadas no Palácio Nacional de Queluz de 2015 a setembro de 2021.



Outro fenómeno interessante, observado durante os períodos de encerramento ao público, foi o desenvolvimento de microrganismos na superfície de peças de mobiliário expostas em três das salas do Palácio Nacional de Sintra (Figura 5).



Figura 5: Desenvolvimento de microrganismos no braço de uma cadeira em exposição no Palácio Nacional de Sintra em fevereiro de 2021.

Este aparecimento e rápido desenvolvimento de bolores foi relacionado com a falta de circulação de ar, decorrente de muitas das portas do circuito de visita se manterem fechadas. No início do confinamento, adotou-se para o período de encerramento o mesmo procedimento do período noturno em situação de normalidade, ou seja, mantiveram-se fechadas as portas de passagem do percurso expositivo.

Nas ações de monitorização foi rapidamente detetado esse problema e identificada a falta de circulação de ar como a sua causa. Para além de terem sido removidos os microrganismos, foi também posta em prática uma rotina diária de abertura de portas e janelas estrategicamente selecionadas, de forma a não comprometerem a segurança e a promoverem condições de ambiente desfavoráveis à proliferação de microrganismos.

3. Considerações finais

A fase inicial da pandemia de Covid-19 foi um pouco confusa devido ao desconhecimento sobre a propagação do vírus e às incertezas sobre os meios mais adequados ao seu combate.

Um fator que reforçou bastante a confiança durante essa fase inicial foi a disponibilidade, nos palácios sob gestão da PSML, de equipamentos de proteção individual adequados e suficientes, que tinham sido adquiridos antes do início da pandemia e que permitiu que a falta desses equipamentos no mercado não fosse sentida internamente.

Felizmente, esta pandemia coincidiu com um ponto de evolução tecnológica que nos permitiu, apesar do distanciamento físico, manter um contacto rápido e fácil com colegas, quer dentro da PSML quer noutras instituições. O contacto interno por telefone ou por videoconferência atenuou a sensação de isolamento durante os dias de trabalho solitário e, por outro lado, a partilha generosa de experiências por parte de muitas instituições museológicas em todo o mundo, que publicaram os seus conhecimentos *on-line*, foi fundamental para atuar mais rapidamente e de forma mais confiante.

Repensar as tarefas e os projetos foi difícil, sobretudo pela incerteza do que o futuro traria, mas foi possível cumprir os objetivos ajustados e perceber rapidamente quão fundamentais são a monitorização das coleções e as ações de conservação preventiva que garantem a estabilidade do estado de conservação do acervo.

No caso da abertura ao público dos Aposentos de D. Maria Pia no Palácio Nacional de Sintra, também com esforço extra por parte dos conservadores-restauradores externos associados a este projeto, foi possível antecipar em três meses a sua conclusão.

Não foi possível, no entanto, realizar o programa de estágios “cuidar de coleções” em que a PSML é entidade de acolhimento de alunos de conservação e restauro da Universidade Nova de Lisboa porque as aulas no ensino universitário passaram obrigatoriamente a ter um formato virtual durante o confinamento.

A comparação entre os dados recolhidos antes da pandemia e os dados obtidos durante a pandemia, confirmada pela prática do trabalho diário, mostrou claramente o impacto dos visitantes no acervo exposto e no património edificado. Na ausência de visitantes, os recursos canalizados para as ações de limpeza do acervo e do património integrado foram substancialmente reduzidos e puderam ser canalizados para outras frentes de trabalho.

O confinamento foi uma oportunidade para repensar a gestão de coleções do ponto de vista da conservação preventiva, mas foi com muito agrado que a PSML reabriu os seus palácios a 5 de abril de 2021, pois a gestão dos palácios nacionais de Sintra por meio da sua recuperação, requalificação, revitalização, conservação, investigação, divulgação e exploração, tem com fim último a fruição pública.

• Agradecimentos

Sandro Fernandes - tratamento de dados sobre visitantes na PSML (Tabela 1).

Luís Soares - autor da imagem Figura 1 no Palácio Nacional da Pena.

Marta Jones Santos - tratamento de dados de ocorrências no Palácio Nacional de Queluz (Tabela 3).

• Referências

AMARAL, J. R. Melhoria de condições de reserva para bens culturais em cerâmica e em vidro, **IX Jornadas da Arte e Ciência UCP. V Jornadas ARP. Homenagem a Luís Elias Casanovas. A Prática da Conservação Preventiva**, Porto, Universidade Católica Editora e CITAR, p.177-185, 2015.

AMARAL, J. R. Pensar dentro da caixa. Avaliação da eficácia de embalagens em polipropileno para acondicionamento de bens culturais. **Conservar Património**, n. 34, p. 143-154, 2020. Disponível em: <<http://revista.arp.org.pt/pt/artigos/2018058.html>>. Acesso em: 30 set. 2021.

Lei n.º 27/2006, Diário da República, Série, n.º 126, 3 de julho de 2006.

Lei Constitucional n.º 1/2005, Diário da República, Série I-A, n.º 155, 12 de agosto de 2005.

Lei n.º 44/86, Diário da República, Série I, n.º 225, 30 de setembro de 1986.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 135-A/2021, Diário da República, 1º Suplemento, Série I, n. 190, 29 de setembro de 2021.